



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 26 de Novembro de 2019

Promotoria impõe cardápio vegano em 154 escolas municipais da Bahia

Cerca de 32 mil alunos de 4 cidades do sertão têm cardápio sem produto animal 2 vezes por semana

João Pedro Pitombo

SERRINHA (BA) Em uma panela de alumínio, a merendeira Silvéria Barbosa, 47, hidrata e tempera a soja que será a base do cardápio de merenda na creche Cheiro de Amor.

Após entrarem no refeitório em fila, as crianças, todas com idades entre três e cinco anos, receberão um prato com arroz, soja e cenoura ralada. "Nem sempre eles gostam, mas é importante darmos esse incentivo logo na primeira infância", afirma a merendeira.

Em todas as escolas municipais de Serrinha, cidade localizada no sertão baiano, a 190 km de Salvador, as crianças e os adolescentes alimentam-se duas vezes por semana com cardápio vegano —sem nenhum produto de origem animal. O mesmo acontece em outras três cidades vizinhas: Teofilândia, Biritinga e Barrocas.

A ação é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre os municípios e o Ministério Pú-

blico do Estado da Bahia no início do ano passado. Desde então, cerca de 32 mil estudantes de 154 escolas municipais das quatro cidades recebem refeições veganas às terças e às quintas-feiras.

A medida foi instaurada pela promotora Leticia Baird sob alegação de promover uma alimentação sustentável e de melhor qualidade nutricional nas escolas, além de reduzir o gasto de dinheiro público. Ela é vegana e ativista da causa.

O novo cardápio gerou polêmica e relatos de insatisfação entre estudantes, pais e funcionários das escolas. De acordo com secretária de Educação de Serrinha, Betânia Pereira, houve rejeição dos alunos à nova comida.

"Não há dúvida de que houve um aumento no desperdício", afirma a secretária, enquanto mostrava no telefone celular fotos de pilhas de pratos com soja que foram rejeitados pelos alunos.

Para a implantação da merenda vegana, funcionários das escolas passaram por

treinamento realizado por uma equipe de nutricionistas e cozinheiros indicada pelo Ministério Público.

As merendeiras passaram a se referir às sugestões de pratos como "o cardápio da promotora", que inclui mingau de leite de amendoim com aveia, tabule de legumes, escondidinho de soja e feijão-da-vega, na qual as carnes foram trocadas por vegetais e pedaços de coco seco.

Entre os estudantes, os relatos são diversos. Há os que afirmam que não veem diferença no cardápio que contém carne, leite e ovos em relação ao vegano. "Nenhum dos dois é bom", afirma o estudante Adriano da Silva, 15.

Outros reclamam que a comida ficou mais insossa. "Sem a carne, acho que falta sustância ao prato. Não gostei", afirma Joalisson Silva Pereira, 16 anos, aluno da escola Leobino Cardoso Ribeiro.

Entre os adolescentes, há quem prefira comprar a merenda fora da escola nos dias do cardápio vegano.

Entre os pratos ofertados

pelas escolas, os que têm a soja como base são os mais rejeitados pelos alunos, de acordo com as merendeiras.

O Conselho de Alimentação Escolar de Serrinha, que visitou 50 escolas para vistoriar a aceitação da nova merenda, constatou rejeição dos alunos e orientou pela revogação da medida, respeitando os hábitos e a cultura alimentar da região.

"A maioria das nossas escolas fica na zona rural. Os alunos são filhos de agricultores acostumados a comer carne do sertão, cuscuz com ovos e outros preparos com alimentos de origem animal", afirma Ariane Santiago, 32, presidente do conselho e do sindicato de agricultores.

A princípio, o objetivo do programa era chegar a 100% de alimentação vegana, servindo esse tipo de alimento todos os dias nas escolas.

Mas o FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) informou que iria suspender o repasse de recursos caso 100% da proteína animal fosse retirada





do cardápio.

De acordo com o órgão federal, a adoção do cardápio vegano desrespeita a legislação federal sobre merenda escolar "ao substituir a proteína animal por preparações que não foram testadas previamente e que não garantem o aporte diário determinado de energia, macronutrientes e micronutrientes prioritários".

Entidades ligadas à saúde se posicionaram contra a adoção do cardápio vegano na época de sua implantação nas escolas municipais. O Conselho de Nutricionistas da Bahia afirmou que a medida é "arriscada e não compatível com a realidade regional". E a Sociedade Brasileira de Pediatria disse considerar preocupante a retirada da proteína de fonte animal da merenda dos alunos.

Procurada pela Folha, a promotora Letícia Baird não quis dar entrevista para falar sobre o programa "Escola Sustentável".

O silêncio veio após uma polêmica entrevista ao jor-

nal Gazeta do Povo. Questionada sobre alunos que preferem se alimentar de carne, ela declarou: "Que comam em casa com o seu dinheiro, porque aqui a gente está falando de recurso público".

Em nota, o Ministério Público do Estado da Bahia informou que o programa foi adotado após serem constatadas de alterações do estado nutricional de alunos da rede pública municipal, como desnutrição, obesidade, alergias e hipertensão.

Ainda de acordo com o Ministério Público, não houve qualquer imposição às prefeituras para a adoção do programa nas escolas. O Termo de Ajustamento de Conduta, contudo, prevê multa de até R\$ 5.000 para as prefeituras que não cumprirem a determinação de servir comida vegana.

A Promotoria também informou que o programa incentiva a compra de alimentos da agricultura familiar de comunidades tradicionais e cita como exemplo um aumento na compra de pasta de amendoim de produtoras rurais do Grupo Cáritas Diocesanas.

Entretanto parte dos agricultores enxerga a medida com outros olhos: "O símbolo da nossa região é a cabra, é a ovelha. É inconcebível que a carne e o leite desses animais fiquem de fora da merenda", afirma Ariane Santiago, do Sindicato dos Agricultores de Serrinha.

Radiografia feita pela Câmara indica paralisia no MEC

Breno Pires / BRASÍLIA

Levantamento das ações do Ministério da Educação (MEC) feito por uma comissão da Câmara e obtido pelo Estado indica paralisia tanto no planejamento como na execução de políticas públicas na área comandada pelo ministro Abraham Weintraub. Na prática, a Política Nacional de Alfabetização – única meta específica do MEC para a Educação nos primeiros cem dias de governo – não resultou em nenhum plano de ação detalhado, o que atrapalha Estados e municípios. Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos e pela perspectiva de medidas amargas por parte do Executivo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), busca protagonismo na agenda social. Em nota, o MEC informou que “lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização” e que “já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários do orçamento”.

Uma radiografia realizada no Ministério da Educação por uma comissão da Câmara dos Deputados indicou paralisia tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte da pasta comandada pelo

ministro Abraham Weintraub. Na lista dos problemas identificados estão desde a falta de ações concretas para o fomento da alfabetização até a alta rotatividade de funcionários comissionados. O MEC alega que programas serão lançados em breve e o descontingenciamento de recursos é recente.

É a primeira vez que um grupo assim é formado no Legislativo para averiguar o trabalho de um ministério. “O diagnóstico é assolador e mostra que a fragilidade do planejamento e da gestão do MEC afetou diretamente a formulação e a implementação das políticas educacionais”, diz o relatório da comissão, com 265 páginas, obtido com exclusividade pelo Estado.

O grupo foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir do requerimento de 50 deputados de 12 partidos diferentes – a maioria da oposição e do Centrão. O relator do trabalho é o deputado Felipe Rigoni (PSBES) e a coordenação está nas mãos da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A comissão foi criada logo após Tabata protagonizar um áspero bate-boca com o professor

Ricardo Vélez, o primeiro escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a pasta. Na ocasião, a deputada cobrou duramente o ministro. Dez dias depois, Vélez foi demitido e Weintraub assumiu o seu lugar.

Tabata e Rigoni são os mesmos escalados por Maia para elaborar o pacote de projetos na área social, antecipado pelo Estado no mês passado. O presidente da Câmara busca protagonismo na agenda social justamente no momento em que o governo Bolsonaro se prepara para enviar ao Congresso medidas amargas, desta vez com os pacotes fiscal e administrativo.

Na prática, o trabalho dos parlamentares mostrou que a Política Nacional de Alfabetização – única meta específica do MEC nos primeiros cem dias de governo – não resultou, até o momento, na apresentação de um plano de ação detalhado. Desta forma, municípios e Estados ainda não sabem como nem quando a iniciativa chegará às escolas e quais projetos e atividades terão prioridade.

Das ações mantidas pela pasta, o Programa Mais Alfabetização – do governo de Michel Temer – só teve o seu primeiro desembolso, de R\$ 149,6 milhões, em setembro. Mesmo assim houve um impasse





que atrasou em alguns dias a liberação, sob a justificativa de que teria ocorrido um erro no processo. O programa prevê apoio técnico e financeiro às unidades escolares para alfabetização.

Investimentos. Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos da Educação, mesmo os valores que não sofreram bloqueio tiveram baixo índice de execução. Entre elas estão ações citadas como “apoio ao desenvolvimento da educação básica”, com repasse próximo a zero até julho. No mesmo intervalo, apenas 4,4% da verba reservada para investimentos do MEC foi executada – o relatório assinala que o montante gasto acabou sendo de “menos da metade no mesmo período de 2018 (11,7%)”. Em números absolutos foram R\$ 184,06 milhões investidos em

2019, ante R\$ 457,62 milhões em 2018.

“A baixa execução orçamentária em diversos programas denota a baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis”, aponta o relatório.

Rotatividade. Uma das razões para a lentidão no trabalho do MEC, segundo o relatório, é a alta rotatividade nos cargos comissionados. Nos nove primeiros meses, o tempo médio de permanência no mesmo setor foi de 112 dias. Em igual período da gestão Temer, por exemplo, a média foi de 150 dias. Além disso, houve redução no número de cargos de confiança ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional, quando o

número é comparado às gestões Temer e Dilma.

Para fazer o diagnóstico, o grupo afirma ter usado informações do MEC, além de ter feito visitas técnicas e obtido dados no Portal da Transparência. A comissão diz ter pedido audiência com Weintraub para discutir a avaliação, mas o ministro teria ignorado. Procurado pelo Estado ontem, o MEC informou que “lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização”. “Quanto à execução orçamentária da pasta, é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há três dias. Mesmo assim, o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento.

PRINCIPAIS PONTOS

● Cargos de confiança

Redução no número de cargos de confiança ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional.

● Comissionados

A rotatividade nos cargos comissionados da atual gestão é maior em comparação com a administração de Michel Temer.

● Alfabetização

A Política Nacional de Alfabetização ainda não teve detalhamento sobre ações e programas que devem ser desenvolvidos nos Estados e municípios.

● Formação de professores

Não existe uma Política de Formação Docente sistêmica e falta articulação entre secretarias e órgãos vinculados ao MEC nas ações.

● Planejamento

Diversas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão atrasadas, como universalizar o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência e aumentar a taxa de professores do ensino médio com formação superior na área em que atuam. E não há plano de ação para atingi-las.

Prefeitura quer bolsa de R\$ 100 para criança sem creche

Paula Felix

O prefeito Bruno Covas (PSDB) apresentou ontem um projeto de lei para criação de um programa de pagamento de bolsa de R\$ 100 por mês a famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças de 0 a 3 anos que não estão matriculadas em creches municipais. A meta do projeto, batizado Bolsa Primeira Infância, é atender até 51 mil crianças. “É uma compensação financeira para as mães que não conseguiram vagas em creche. O recurso vai poder ser utilizado em alimentação e vestuário. Será um cartão que pode ser rastreado pela secretaria”, explica Covas.

Segundo o prefeito, há 75 mil crianças na fila da creche e 51 mil estão dentro do perfil para recebimento do benefício. A meta da Prefeitura é criar, até o fim da gestão, 85 mil vagas em creches. Segundo Covas, mais de 55 mil já foram criadas.

Cada família poderá ter até três

crianças beneficiadas pelo programa e o pagamento será interrompido quando a vaga em creche ficar disponível. As famílias contempladas devem participar de atividades sobre parentalidade e primeira infância, além de manter a vacinação dos filhos em dia.

O projeto de lei do programa foi enviado à Câmara ontem. Segundo Covas, para entrar em vigor em 2020 terá de ser aprovado pelos vereadores ainda neste ano. “Ou não poderá ser implementado no ano que vem, porque se trata de benefício social e, portanto, não pode ser criado em ano eleitoral.”

Questionado sobre como a Prefeitura chegou ao valor de R\$ 100 e se ele não pode ser considerado baixo, o secretário municipal da Educação, Bruno Caetano, disse que o objetivo é que as crianças não necessitem do benefício e consigam as vagas em creches. “Não estamos

considerando o Programa Bolsa Primeira Infância como atendimento em creche. O atendimento que a Prefeitura quer fazer e o que a gente vai se esforçar ao máximo é que essa criança seja atendida em nossa rede”, disse.

“Para esse programa, foi identificada a disponibilidade orçamentária da Prefeitura e também os benefícios que essas famílias já têm com outros programas sociais, como o próprio bolsa família, e se chegou ao valor de R\$ 100 por mês.” O benefício será oferecido por meio de cartões, cujo uso será rastreado pela Secretaria.

Voucher. Neste mês, a Prefeitura já havia apresentado à Câmara um projeto de lei com a proposta de pagar as mensalidades de crianças carentes de 0 a 3 anos em escolas filantrópicas e particulares, uma espécie de voucher. O objetivo é tentar reduzir a fila de creches.

Proposta para alfabetização divide setor

BRASÍLIA / B.P.

Única meta do Ministério da Educação (MEC) incluída no plano de cem dias de governo federal, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) só estará completamente detalhada em abril de 2020, quando o presidente Jair Bolsonaro completa um terço de seu mandato. O programa divide especialistas, por dar ênfase ao método fônico de alfabetização – modelo de ensino que privilegia a associação entre letras e fonemas.

Para Anna Helena Altenfelder, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a PNA é “polêmica” e não dialoga com experiências bem-sucedidas em Estados e municípios nem com a produção acadêmica no País. Além disso, ela critica projetos “diversionistas” do MEC. “Causam polêmica, mas são pouco efetivos e não têm base empírica e teórica que se sustente”, diz, citando como exemplo as escolas cívico-militares.

A área, segundo ela, tem urgências maiores, como aprovar o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vence em 2020 e tramita no Congresso.

Já a consultora em educação Ilona Becskehazy, que participou em agosto da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), painel de especialistas na área organizado pelo ministério, afirma que o decreto da PNA “é o melhor que já tivemos para tratar da alfabetização”. Ela será responsável pela análise sobre currículos a ser considerada no Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências do MEC, previsto para abril de 2020. “É preciso fazer o documento. É um instrumento legal que pautará outras ações.”

A possibilidade de o relatório ser publicado após um ano e quatro meses de gestão é minimizada. “Temos 500 anos e chegamos a 2019 não alfabetizando nem a metade das crianças até o 3.º ano (do fundamental).”

Para ela, “da noite para o dia” não dá para resolver tudo. “Até porque o governo federal não tem escola. Pode, no máximo, induzir Estados e municípios a proceder de outras formas por uma série de mecanismos. O mais poderoso deles, o livro didático, o MEC não pode mexer porque o edital já foi feito.”

Manual de sobrevivência

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Toda vez que se fala em reforma ministerial, os ministros mais inseguros começam a dar declarações atacando os setores descontentes com o governo, como uma forma de agradar o presidente Jair Bolsonaro. É uma receita de bolo: houve um erro clamoroso no ministério ou uma denúncia contra o gestor, o ministro em apuros sapeca um post no Twitter ou dá uma coletiva com uma declaração bem polêmica, atacando a imprensa, os professores, os artistas e outros setores considerados desafetos do presidente da República. O campeão nessa estratégia é o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Com isso, cria-se uma situação na qual a saída do cargo seria vista como uma derrota de Bolsonaro para os seus desafetos. Aparentemente, está funcionando.

A última do ministro foi acusar universidades federais de estarem envolvidas na plantação de maconha e produção de drogas em laboratório, o que provocou reações dos reitores, do Ministério Público e até da Justiça. Weintraub utilizou casos isolados de ocorrências policiais para acusar diretamente a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG). No primeiro caso, usou como exemplo alguns pés de maconha plantados numa área de cerrado próxima ao Câmpus Darcy Ribeiro, erroneamente avaliado pelos policiais como pertencente à UnB. No segundo caso, foi a apreensão de 14 buchas de maconha e 1kg de haxixe no câmpus da UFMG, mas seus portadores não eram alunos nem funcionários da instituição. Foi o suficiente para o ministro generalizar.

Boatos de queda de ministros não faltam. Na semana passada, as vítimas eram o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que se encarregou de desfazer o boato divulgando sua agenda com Bolsonaro, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, enrolado no caso das candidatas laranjas do PSL em Minas Gerais. Agora, os alvos preferenciais são o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, por causa do quase fracasso do leilão do pré-sal, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com a imagem pichada por causa do desmatamento na Amazônia e da demora para enfrentar o desastre ambiental causado pelo derramamento de petróleo no litoral brasileiro.

Três variáveis que podem levar Bolsonaro a alterar a composição de seu governo: primeiro, o desempenho da administração

propriamente, uma vez que a aprovação do governo continua negativa (na pesquisa XP de novembro, por exemplo, eram 39% de ruim e péssimo e 35%, de ótimo e bom); segundo, a criação de seu partido, a Aliança pelo Brasil, que precisa ser prestigiado no governo para ser uma alternativa de poder; terceiro, a instabilidade da base do governo, que aumentou com o racha do PSL e tem provocado reveses para o governo no Congresso, com a derrubada de vetos e a não aprovação de medidas provisórias.

Segunda instância

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, se reunirá hoje com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, os líderes da Casa e também alguns deputados para discutir a chamada PEC da Segunda Instância. Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou, na semana passada, a admissibilidade da PEC que altera os artigos 102 e 105 da Constituição, de autoria do deputado Alex Manente. O Senado também discute um projeto com o objetivo de permitir a prisão após condenação em segunda instância, mediante alteração do Código de Processo Penal (CPP), acabando com os recursos especiais e extraordinários para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), ou seja, sem emenda constitucional.





O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), nega a existência de uma corrida com o Senado para aprovação da PEC, mas já está instalando uma comissão que vai apreciar o mérito da proposta. Isso significa que a PEC vai tramitar na Câmara de fato, apesar da resistência surda dos que são contra a mudança constitucional. Essa resistência será ainda maior no Senado, embora exista um grupo aguerrido de senadores que defendem a prisão após a condenação em segunda instância.

A propósito, amanhã, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento do compartilhamento de dados sigilosos da Receita Federal com o Ministério Público Federal (STF) e outros órgãos de controle. Votaram até agora o presidente da Corte, Dias Toffoli, relator do caso, contra o compartilhamento sem autorização judicial, e o ministro Alexandre de Moraes, a favor.

Carteirinha agora é virtual

Ao custo de R\$ 0,15 por documento, MEC lança a ID Estudantil, que possibilitará aos alunos entrar em eventos pagando meia entrada. Quase 58 milhões de pessoas podem se beneficiar com aplicativo

» Catarina Loiola*

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o aplicativo para os estudantes baixarem a ID Estudantil, carteirinha gratuita que permite o acesso à meia entrada em shows, teatros e eventos. Para utilizar a ferramenta, o aluno deve estar matriculado em alguma instituição de ensino, com seus dados cadastrados no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), e baixar o aplicativo nas lojas virtuais. A pasta prevê que 57,9 milhões de pessoas serão beneficiadas com o programa.

O custo por carteira emitida será de R\$ 0,15 para o governo, num total estimado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, de R\$ 12 milhões. Segundo ele, se mais da metade dos estudantes do Brasil solicitassem carteirinhas pelos moldes antigos, o valor seria “superior a R\$ 1 bilhão, quase próximo a R\$ 2 bilhões”.

“Acho que todos os estudantes vão aderir. Será uma forma de prever fraudes, que hoje a gente não tem controle. Eu acredito na

racionalidade do ser humano, que ele vai preferir um negócio bom e mais barato”, explicou Weintraub.

Antes, com base em lei de 2013, a distribuição dos documentos era feita exclusivamente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). As entidades cobram R\$ 35 pela carteira, além do frete. Weintraub destacou que os alunos que preferirem a carteirinha tradicional poderão solicitá-las junto às instituições.

A ID estudantil poderá ser emitida oficialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, UNE, Ubes e no próprio portal do MEC. Também será possível emitir o documento em entidades estudantis estaduais, municipais e distritais, centros e diretórios acadêmicos, diretórios centrais dos estudantes e instituições que representem alunos e que sejam reconhecidas pela pasta.

O cadastro no novo documento, previsto na Medida Provisória 895/2019, é feito por instituição de ensino, pública ou particular, que deve enviar as informações dos alunos para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que abastecem o SEB, o banco de dados do MEC. As instituições devem informar CPF, data de nascimento, curso, matrícula, ano e semestre de ingresso dos estudantes.

Os estudantes interessados na carteirinha devem cobrar da instituição em que estudam e conferir se os dados foram repassados ao sistema no site idestudantil.mec.gov.br. Na página eletrônica, também é possível encontrar respostas para as principais dúvidas, além de dicas na hora de fazer a carteirinha.

Para estudantes com 18 anos ou mais, a identificação no aplicativo será realizada a partir de uma fotografia da face da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou da Carteira de Identidade (RG) para comparação de imagens. Toda a identificação será feita pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF), informado pela instituição ao SEB. No caso de menores de idade, será necessário que o responsável legal baixe o aplicativo e permita que o jovem tenha acesso. A partir daí, poderá baixar a ID Estudantil.

Ao optar pela carteirinha digital, assim como nas versões físicas e digitais atuais, os estudantes aceitam o compartilhamento de dados pessoais e cadastrais com o MEC. A pasta garante que o acesso às informações será realizado com segurança, com o intuito de que o MEC crie “soluções de políticas públicas com relação ao sistema de ensino no país”.

A identificação nos eventos será feita por leitura de QR Code,





localizado no aplicativo logo abaixo da foto pessoal.

UNE contesta

A UNE afirmou que os valores arrecadados pela entidade com emissão de carteirinhas, como divulgado pelo ministro da Educação, não são verdadeiros. “Essa superestimação de valores, sem provas, é mais uma das declarações mentirosas de Weintraub e tem objetivo de perseguir, ameaçar e retaliar o movimento estudantil, que tem sido peça fundamental para resistir ao projeto de desmonte da educação”, afirmou a entidade, por meio de nota.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi





Veja como emitir a ID Estudantil



- 1** A instituição de ensino deve cadastrar os alunos matriculados no SEB, informando o CPF, data de nascimento, curso, matrícula e o ano e semestre de ingresso dos estudantes.
- 2** O estudante deve baixar o aplicativo nas lojas do **Google Play** e da **Apple Store**.
- 3** Depois, deve informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Se maior de 18 anos, será solicitada foto da Carteira de Identidade ou da Carteira Nacional de Habilitação. Se menor de idade, será necessário que o responsável legal pelo aluno baixe o aplicativo e permita que o jovem tenha acesso.
- 4** Por fim, o estudante poderá fazer o download da ID Estudantil.
- 5** A identificação da carteirinha em eventos é feita por QR Code, logo abaixo da foto do estudante na página inicial do aplicativo.

Fonte: Ministério da Educação

Thiago Fagundes/CB/D, A Press

Ensino democrático

Eleições para diretor e vice de escolas públicas ocorrem amanhã. Podem votar alunos, pais, professores e funcionários. Com mandatos de dois anos, escolhidos tomam posse em janeiro

ALAN RIOS



Mãe de três estudantes, Elizabeth (E) compara trabalhos e propostas

Conhecer propostas, avaliar o passado e as projeções e, ao final, definir os representantes de uma parte importante do próprio futuro. Esse cenário, possível apenas na democracia, ensina e cria responsabilidades importantes para qualquer sociedade. Alunos da rede pública do Distrito Federal farão parte disso amanhã, quando se juntam aos pais e servidores na votação para diretor e vice das instituições de ensino. Os escolhidos tomam posse em janeiro de 2020 e têm mandato de dois anos. Segundo a Secretaria de Educação, 683 escolas participam do processo eleitoral, que tem cerca de 1.560 candidatos. Oitenta por cento das chapas são únicas, ou seja, só uma dupla concorre às duas vagas. Mesmo assim, os eleitores têm

direito à escolha.

Na visão do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), a eleição tem mecanismos que garantem o processo democrático mesmo nestes casos. “Há anos temos mais da metade das escolas com chapa única, mas isso não é garantia de que a dupla será eleita. O sistema de voto é de ‘sim’ ou ‘não’, então a comunidade pode dizer ‘não’ para a chapa única concorrente. Caso isso aconteça, a escola tem uma nova eleição em até 180 dias”, explica Cláudio Antunes, diretor do sindicato. Vinte e duas instituições não vão ter candidatos e, consequentemente, ficam sem eleições amanhã. Nelas, os gestores serão indicados pela secretaria para dar início aos trabalhos no começo do ano, mas um outro pleito também será convocado em até seis meses.

Neste ano, há a possibilidade de reeleição. Atual vice-diretora do Centro Educacional do Lago (CEL), Rosana Gaviano é uma das candidatas à diretoria. Para ela, um bom trabalho é aquele feito para toda a comunidade escolar. “O ideal é envolver todos. Os alunos, pais e responsáveis, funcionários. São pessoas que precisam participar das decisões da escola, em um processo em que são protagonistas”, opina. Rosana ainda vê nas eleições uma oportunidade para os alunos construírem um senso de cidadania.

“Um processo democrático desse é muito importante, principalmente para eles. Com o pleito, compreendem a relevância de um sistema que ouve os diferentes pontos de vista. É essencial que algo assim comece na escola”, definiu.

De lado oposto, na chapa 2, a professora Janete Araújo é candidata à vice-direção e concorda com a importância do voto. “Os estudantes percebem, na votação, que têm um papel importantíssimo no processo educacional. O que é feito dentro da instituição de ensino acaba sendo transmitido na sociedade”, explica. Ela percebe ainda uma relevância maior do processo democrático nos tempos de conturbações políticas e extremismos. “Se a gente incentiva uma consciência, uma participação efetiva dentro desse espaço da escola, isso possibilita que os alunos, e pais também, produzam mais força social. É muito saudável que eles tenham contato com ideias, propostas, e possam fazer escolhas. Eles acabam se reconhecendo como cidadãos, portadores de direitos.”

Eleitores

Podem votar alunos com idade mínima de 13 anos, mães, pais ou responsáveis, educadores e outros profissionais da instituição. Professores contratados temporariamente têm direito ao voto caso o contrato seja de mais de dois bimestres. A apuração começa





amanhã, depois do encerramento dos votos, e o resultado preliminar será divulgado na quinta-feira.

Elizabeth Bezerra, 35 anos, é cozinheira de uma instituição, mas, como é terceirizada, não tem direito ao voto de funcionária. Porém, ela é mãe de três filhos matriculados na rede pública e vai participar do pleito em duas escolas. “Para votar, levo em conta o que é importante para meus filhos. Os diretores precisam investir no ensino integral, dar uma boa educação e boa alimentação para os meninos. Eu fico comparando os trabalhos para saber o que pode evoluir. Faço questão de participar de todas as votações, procurando o melhor para eles”, diz.

DE GRAÇA

MEC lança carteira de estudante digital

Alunos cadastrados pelas escolas em sistema oficial já podem baixar aplicativo no celular para emitir documento

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o aplicativo ID Estudantil, que permitirá aos estudantes fazer a carteira digital estudantil. Os alunos que tiverem sido cadastrados pela sua instituição de ensino já podem acessar o aplicativo, disponível nas lojas Google Play e App Store. Segundo o MEC, 600 mil alunos já estão habilitados.

"Esperamos gerar um ganho enorme para a sociedade. Se todos os estudantes do Brasil fizessem a carteirinha como é feita atualmente seria um valor bem superior a R\$ 1 bilhão, podendo chegar a R\$ 2 bilhões, e o custo que vai ser arcado pelo MEC cai para R\$ 12 milhões se o mesmo contingente fizer. Isso é sair de R\$ 35 o custo que o aluno tem que pagar para R\$ 0,15", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O ministro ressaltou que quem preferir manter o modelo atual da carteirinha poderá continuar emi-

tindo o documento através das entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubess) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), mas precisará ter um cadastro no Sistema Educacional Brasileiro (SEB). O documento é a principal fonte de renda dessas organizações, que cobram cerca de R\$ 35 por sua expedição. O modelo digital será gratuito.

"Acho que todos os estudantes vão aderir. Será uma forma de prever fraudes, que hoje a gente não tem controle. Eu acredito na racionalidade do ser humano, que ele vai preferir um negócio bom e mais barato", disse Weintraub na coletiva de imprensa.

O SEB é um sistema criado pelo governo que servirá como base de dados de informações relacionadas às instituições de ensino e seus estudantes. As informações gera-

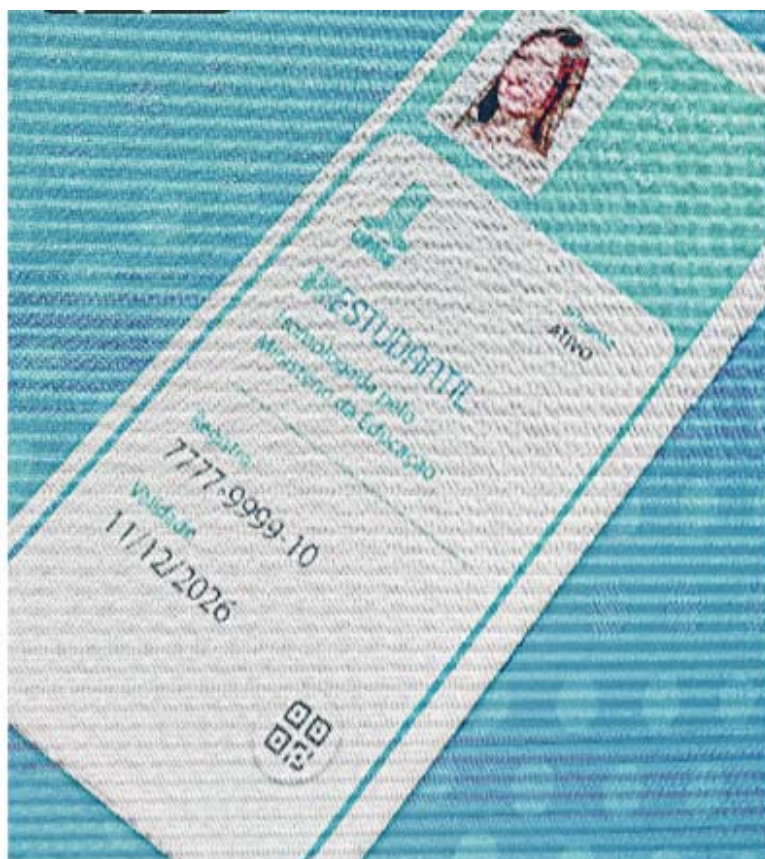
das neste sistema servirão como base para que os alunos possam emitir a carteirinha digital.

Para se cadastrar, as instituições de ensino podem indicar um gestor para o SEB que deve ter vínculo com a escola para cadastrar as informações dos alunos. Após o cadastro feito pela instituição, a emissão do documento poderá ser feita pelo aluno por meio de aplicativo de celular.

Sobre a proteção de dados para alunos menores de idade, o MEC criou um sistema onde o aluno precisa da autorização de um responsável legal, que deverá instalar o aplicativo em seu celular e fazer um cadastro confirmando os dados do menor que serão enviados pelo SEB.

O MEC criou ainda um site com respostas e dicas para as principais dúvidas dos estudantes na hora de fazer a carteirinha: www.idestudantil.mec.gov.br.





No país, 56,9 milhões de estudantes poderão utilizar a carteira digital

SAIBA MAIS

» Na carteira de estudante digital constarão nome, instituição de ensino, data de nascimento, entre outros dados. Ao tirar a fotografia para o cadastro, será feita uma validação com os dados do Departamento Nacional de Trânsito

(Denatran). Para quem não tem Carteira Nacional de Habilitação (CNH), será solicitada foto frente e verso da Carteira de Identidade. A carteira perderá a validade quando o aluno se desvincular do estabelecimento de ensino.



MEC lança aplicativo que serve de carteira de estudante

Por Pedro Peduzzi -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação lançou hoje (25) o aplicativo ID Estudantil, carteira de estudante virtual que, a exemplo da fornecida pelas entidades representativas dos alunos, dá direito a benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

Para obter o documento é necessário, antes de tudo, que a instituição de ensino à qual o estudante está vinculado insira os dados dele no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Caso a instituição já tenha feito o cadastramento, caberá ao aluno baixar o aplicativo ID Estudantil no celular e fazer seu cadastro pessoal. “Os alunos que não conseguirem se cadastrar devem procurar suas

instituições de ensino e pedir que elas se cadastrem junto ao MEC”, disse o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, durante a cerimônia de lançamento do ID Estudantil.

Segundo Lopes, 10.804 instituições já se cadastraram. Destas, 1.966 já começaram a enviar ao SEB as informações de seus alunos. As informações disponibilizadas constituirão um banco de dados nacional que subsidiará algumas das políticas públicas a serem implementadas pelo governo no setor da educação.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o custo do documento será de R\$ 0,15 por unidade para o governo, mas será gratuito para o estudante. “Não cobraremos porque a estruturação dessa cobrança sairia mais cara do que o custo por unidade”, disse o ministro.

Ainda segundo Weintraub, documentos similares poderão ser fornecidos pelas instituições de ensino ou até mesmo grêmios estudantis. “Se for o caso, podem inclusive cobrar por isso. O que fizemos foi acabar com o monopólio e a exclusividade daqueles que sempre forneceram esse documento”, disse. “Se, ideologicamente, o estudante quiser, ele pode pagar quanto for pela carteirinha”, acrescentou.

A abertura para que outras entidades – além da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) – emitam esse tipo de documento está prevista na Medida Provisória 895, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em setembro.

Desde então, tanto a MP como a ID Estudantil têm sido



criticadas pelas entidades representativas dos estudantes. Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, trata-se de uma retaliação ao movimento estudantil. Montalvão disse que a principal intenção do governo com essas medidas é "prejudicar o movimento estudantil, que fez as maiores manifestações contrárias a ele".

A fim de prevenir fraudes, o MEC informou que fará cruzamento dos dados fornecidos por meio de aplicativos com as informações da Carteira Nacional de Habilitação e, no caso de estudantes que não têm CNH, com os dados fornecidos para o documento de identidade (RG).

"Inclusive a foto [inserida no cadastro via aplicativo] passará por uma checagem junto ao banco de dados do Denatran [Departamento Nacional de

Trânsito]. Quem não tem CNH terá de tirar uma foto do RG, frente e verso. Um algoritmo então vai comparar as fotos, de forma a dificultar fraudes", explicou o diretor de Tecnologia da Informação do MEC, Daniel Rogério. "Pensamos também nos empresários: para eles, criamos o aplicativo ID Validade, que averiguará se o aluno está apto para receber os benefícios", acrescentou.

O MEC alerta que, no caso de estudantes menores de idade, será necessária a autorização de um responsável legal, que deverá instalar o ID Estudantil no celular para, então, fazer o cadastro no qual informa os dados do menor.

Ainda de acordo com o o MEC, eventuais dúvidas sobre os aplicativos podem ser elucidadas por meio do site www.idestudantil.mec.gov.br.